



PLANNERS

Planners Auditores Independentes





ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

**Relatório de Auditoria do Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2014**



<u>ÍNDICE</u>	<u>FOLHA</u>
RESUMO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA	03
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	04
NOTAS DA AUDITORIA	06
1) CONSTITUIÇÃO JURÍDICA	06
2) REPRESENTAÇÃO LEGAL	08
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	09
4) IMPOSTO DE RENDA	09
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO	10
RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DE LEIS E REGULAMENTOS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES NA LÍNGUA INGLESA	11
ANEXOS	13



Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

RESUMO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA

1) Relatório do Balanço Patrimonial em 31/12/2014

Emitido relatório contendo: relatório sem modificações, demonstrações financeiras e notas explicativas.

2) Relatório de Controles Internos

Não encontramos evidências de erros que pudessem afetar materialmente as demonstrações financeiras do exercício de 2014.

3) Relatório de Observâncias de Leis e Regulamentos

Não foram encontradas irregularidades em relação ao cumprimento de leis, regulamentos e cláusulas de contratos.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À

**Diretoria e Membros do Conselho Fiscal da
Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião:

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório, em 30 de abril de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 19 de maio de 2015.

Planners Auditores Independentes

CRC 2 SP/14.712/O-2
CVM nº 11.398



Valter Piovam
Contador CRC 1SP146.651/O-0
CNAI n.º 1.018



Carlos Alberto Tadeu Martins Lobo
Contador CRC 1SP160.007/O-0



NOTAS DA AUDITORIA

1) CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

A **Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação** é uma associação civil, de direito privado, sem finalidade lucrativa e econômica, fundada no dia 7 de maio de 1994, com sede à rua General Jardim, número 660, no bairro Vila Buarque, cidade de São Paulo, SP, Brasil, e foro nesta capital, com prazo de duração indeterminado e está inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 00.134.362/0001-75.

A Associação presta atividades de atendimento, assessoramento, garantia e defesa de direitos permanentes, observado o princípio da universalização dos serviços, sem qualquer discriminação por motivo de raça, credo, classe social, gênero, orientação sexual, ou de qualquer outra natureza.

A Associação não distribui entre os seus associados, conselheiros, dirigentes, empregados ou doadores, de forma direta ou indireta, sob qualquer forma ou pretexto, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, resultados, dividendos, bonificações, vantagens, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

A **Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação** tem por finalidades precípua:

- a) a promoção gratuita dos direitos socioassistenciais e de ações educativas, a promoção da cultura, do esporte, e a defesa dos direitos estabelecidos e de novos direitos, nas mais variadas formas e modalidades, voltadas para a consolidação e ampliação da democracia, para a promoção da justiça social, para a defesa dos direitos humanos e para o desenvolvimento sustentável.
- b) a realização de ações socioassistenciais e de serviços, programas, projetos e benefícios na defesa e na garantia de direitos dentro da área de assistência social, de forma gratuita, continuada, permanente e planejada, sem discriminar qualquer grupo social, indivíduo ou família, na perspectiva da autonomia das pessoas que se encontrem em situação de privação, vitimização, exploração, vulnerabilidade, exclusão pela pobreza, risco pessoal e social em qualquer momento do ciclo de vida.

Para atender a estes fins, a Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação executa programas e projetos voltados para a promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e combate à pobreza, assim como subsidia e apoia instituições públicas ou privadas, centros de pesquisa, igrejas, movimentos e grupos. Além disso, poderá, atuando por si ou em cooperação com terceiros:

- a) Estimular e orientar usuários da assistência social, em especial crianças, adolescentes e jovens, reunidos em grupos de constituição heterogênea, para construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.
- b) Dar atenção e orientação direcionada à promoção e garantia de direitos de indivíduos em cumprimento de medida socioeducativa ou medida de proteção e vítimas de discriminação.
- c) Promover atividades educativas, culturais e esportivas para adolescentes, jovens e adultos visando a sua inclusão social e profissional, bem como a promoção da integração comunitária, da cidadania, a prática do lazer e a preservação do meio ambiente;
- d) Participar e fomentar a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas de garantia de direitos;
- e) Promover a inserção social de jovens, a partir do desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e da construção de novos projetos de vida;
- f) Realizar, promover ou divulgar levantamentos, estudos, pesquisas e atividades afins;
- g) Realizar, promover ou participar de debates, conferências, seminários, congressos, cursos, mostras e atividades afins;
- h) Conceder dotações, para indivíduos ou grupos, para apoiar projetos no âmbito de atuação da Associação;
- i) Prestar assessoria, consultoria ou apoio técnico em planejamento, monitoramento, controle, avaliação e execução de projetos;
- j) Manter serviços de documentação, informação e comunicação;
- k) Editar, publicar, promover a venda e distribuir publicações, impressas ou em outros suportes, próprias ou de terceiros;



Ação Educativa

Relatório de Auditoria

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

- l) Produzir, editar, duplicar e distribuir obras audiovisuais, próprias ou de terceiros, registradas por meios magnéticos, químicos, digitais ou quaisquer outros, respeitados os direitos de autor;
- m) Propor ações visando à defesa de direitos da população, no âmbito judicial ou administrativo;
- n) Propor, apoiar ou desenvolver ações voltadas ao atendimento social de grupos empobrecidos;
- o) (o) Promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos na área educacional e cultural;
- p) Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros e lideranças populares;
- q) Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente.

2) REPRESENTAÇÃO LEGAL

Eleição em 22/05/2013 – Triênio 2013/2016

A representação legal da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação** é exercida por sua Diretoria e Procuradores, conferindo aos procuradores, poderes para em conjunto ou separadamente gerir e administrar a **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**, representá-la junto aos órgãos governamentais, bancos e demais entidades físicas ou jurídicas.

Representantes legais da **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**:

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>CPF</u>
Maria Machado Malta Campos	Presidente	043.022.228-91
Luciana Cesar Guimarães	Diretora Financeiro	268.882.918-12
Milton Alves Santos	Diretor Secretário	135.759.508-97

Adicionalmente também fazem parte do Conselho Fiscal as seguinte pessoas:



<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>CPF</u>
Waldemir Bargieri	Conselheiro Fiscal	525.056.698-72
Tomás Carmona	Conselheiro Fiscal	247.146.398-38
Marta Elizabete Vieira Santana	Conselheira Fiscal	142.126.598-24

De acordo com o artigo 31 do estatuto da Ação Educativa é atribuição do Conselho Fiscal o que segue:

"Com a competência de examinar e dar parecer sobre o balanço anual, os relatórios de desempenho financeiro e contábil, operações patrimoniais realizadas e demais contas da Associação, emitindo parecer para a Assembleia Geral."

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil da **Ação Educativa** é terceirizada e elaborada por processamento eletrônico de dados. O Plano de Contas é geral e obedece aos itens orçamentários institucionais da Instituição. Os livros Diário e Razão, bem como os Balancetes e Balanço são emitidos a partir do sistema geral de contabilidade e englobam todas as atividades da instituição.

O registro de receitas e despesas é efetuado por regime de competência. No final de cada exercício os saldos dos recebimentos de projetos não realizados são transferidos como adiantamentos de projetos no passivo circulante. Para os projetos cujos recebimentos de entidades financiadoras tenham realização de gastos anteriores aos recebimentos dos recursos contratados, os valores são mantidos no ativo circulante.

4) IMPOSTO DE RENDA

A **Ação Educativa**, por sua finalidade, objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Regulamento do Imposto de Renda) aprovado pelo Decreto no. 3.000 de 26 de março de 1999, é isenta do Imposto de Renda. A entidade apresenta, anualmente, sua Declaração de Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, na forma da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal.



5) RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

Examinamos os controles internos da **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação** relacionados à contabilidade. O exame das propriedades de cada classe significativa de transação e os ativos com ela relacionados, objetivando considerar os tipos de erros e irregularidades que poderiam ocorrer na atividade analisada, determinar quais os procedimentos de controle internos que evitariam e detectariam tais erros e irregularidades; verificar se há prescrição tácita ou escrita para tais procedimentos de controle interno, e se eles estão sendo satisfatoriamente executados; e avaliar qualquer deficiência para determinar seu efeito sobre as demonstrações contábeis, a oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados, e as sugestões a serem feitas à entidade.

Examinamos, por meio de amostragem, a documentação de suporte de pagamentos relativa aos Projetos. Verificamos a legalidade da documentação, a integridade no registro no Razão, organização das notas e recibos com as respectivas cópias de cheques e somas internas e rotinas administrativas da **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação**. Não foram encontradas irregularidades que afetassem materialmente os registros.

Foram examinadas as cópias de cheques e os respectivos comprovantes de gastos, comparando-as com os registros no razão e nos extratos bancários. Não encontramos evidências que representassem fraqueza neste controle interno.

6) RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DE LEIS E REGULAMENTOS

Em nossa opinião, a **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação** não desobedeceu leis, regulamentos e cláusulas de contratos ou acordos de concessão que possam ter efeito direto e material sobre o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Superávit do Exercício de Janeiro a Dezembro de 2014.



**To the Board of Directors of
Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação**
São Paulo - Brasil

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT

We have audited the accompanying financial statements of **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação**, which comprise the statement of financial position as at December 31, 2014, and the statement of surplus, statement of changes in equity and statement of cash flows for the year then ended, and a summary of significant accounting policies and other explanatory information.

Management's Responsibility for the Financial Statements

Management is responsible for the preparation and fair presentation of these financial statements in accordance with International Financial Reporting Standards, and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

Auditor's Responsibility

Our responsibility is to express an opinion on these financial statements based on our audit. We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing.

Those standards require that we comply with ethical requirements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the financial statements are free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial statements. The procedures selected depend on the auditor's judgment, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the entity's preparation and fair presentation⁴ of the financial statements in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control.⁵ An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the financial statements.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

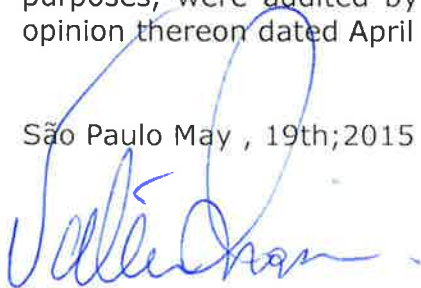
Opinion

In our opinion, the financial statements present fairly, in all material respects the financial position of **Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação** as at December 31st, 2014, and its financial performance and its cash flows for the year then ended in accordance with Brazilian Financial Reporting Standards.

Others issues:

The financial statements at December 31st, 2013, presented for comparison purposes, were audited by us and, on them, we expressed an unqualified opinion thereon dated April 30th, 2014.

São Paulo May , 19th;2015



Valter Piovam
Accountant
CRC 1SP146.651/O-0



Carlos Alberto Tadeu Martins Lobo
Accountant
CRC 1SP160.007/O-0



ANEXOS

PÁGINA

➤	BALANÇO PATRIMONIAL	14
➤	DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT	15
➤	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	16
➤	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	17
➤	NOTAS EXPLICATIVAS	18

Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação
 C.N.P.J 00.134.362/0001 – 75
Demonstrações financeiras para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2014 e 2013
 (Em R\$)



		ATIVO		PASSIVO			
		Nota	2014	2013	Nota	2014	2013
CIRCULANTE:							
Caixa e equivalentes de caixa	4		7.427.069,85	5.638.397,99	12	59.914,69	107.077,24
Contas a receber	5		80.000,00	56.373,00	13	545.614,06	481.782,33
Outros créditos	6		100.030,18	83.851,22	14	220.493,61	22.955,95
Estoques	7		21.257,20	21.257,20	15	10.318,37	4.913,50
Recursos de projetos a receber	8		149.903,65	247.683,40	16	2.979.018,87	3.678.540,83
Total do ativo circulante			7.778.260,88	6.047.562,81		3.815.359,60	4.295.269,85
NÃO CIRCULANTE:							
Realizável a longo prazo							
Depósitos Judiciais	9		34.392,73	34.392,73			
Imobilizado							
Intangível	10		849.038,68	730.552,50	17	2.594.029,81	446.868,42
	11		44.486,23	34.863,68		2.296.789,11	2.105.233,45
Total do ativo não circulante			927.917,64	799.808,91		4.890.818,92	2.552.101,87
TOTAL DO ATIVO			8.706.178,52	6.847.371,72		8.706.178,52	6.847.371,72
CIRCULANTE:							
Fornecedores							
Salários e encargos sociais							
Impostos e taxas a recolher							
Outras Contas a pagar							
Adiantamentos de projetos							
PATRIMÔNIO SOCIAL							
Patrimônio Social							
Superávit do Exercício							
Total do Patrimônio Social							
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL							

Maria Machado Malta Campos
 MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
 CPF: 043.022.228-91
 PRESIDENTE

Marcia Cristina Proença Patrício
 MARCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
 CRC.: TC 1SP 281261/P-4

Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação
 C.N.P.J 00.134.362/0001 – 75
Demonstrações do Superávit para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2014 e 2013
 (Em R\$)




	Nota	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	<u>16.354.938,09</u> 16.354.938,09	<u>12.941.582,19</u> 12.941.582,19
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Recursos Humanos	25	(5.228.186,05)	(3.604.289,68)
Despesas com Projetos	26	(6.536.838,06)	(5.736.312,77)
Despesas administrativas e gerais	27	(629.864,30)	(409.987,37)
Depreciação		(105.665,43)	(93.319,14)
Outras despesas		(1.513,83)	(1.453,24)
Renúncia Fiscal	24	<u>(2.036.505,23)</u>	<u>(1.558.360,91)</u>
		(14.538.572,90)	(11.403.723,11)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	28	<u>480.423,92</u>	<u>(7.634,00)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>2.296.789,11</u>	<u>1.530.225,08</u>


MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
 CPF: 043.022.228-91
 PRESIDENTE


MARCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
 CRC.:TC 1SP 281261/P-4

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit (déficit) acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2011	446.868,42	684.071,86	1.130.940,28
Déficit do exercício	-	(109.063,49)	(109.063,49)
Em 31 de dezembro de 2012	446.868,42	575.008,37	1.021.876,79
Superávit do exercício	-	1.530.225,08	1.530.225,08
Em 31 de dezembro de 2013	446.868,42	2.105.233,45	2.552.101,87
Ajuste de exercício anterior (Nota 17)	41.927,94	-	41.927,94
Transferência do superávit acumulado para o Patrimônio Social conforme ata da Assembléia Geral de 30 de maio de 2014	2.105.233,45	(2.105.233,45)	-
Superávit do exercício	-	2.296.789,11	2.296.789,11
Em 31 de dezembro de 2014	2.594.029,81	2.296.789,11	4.890.818,92


MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
CPF: 043.022.228-91
PRESIDENTE


MARCIA CRISTINA PROENÇA PÂTRICIO
CRC.:TC 1SP 281261/P-4

Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação

C.N.P.J 00.134.362/0001 – 75

Demonstrações do fluxo de caixa (método indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em R\$)



	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
- Superávit do Exercício	2.296.789,11	1.530.225,08
- Ajuste de exercício anterior	41.927,94	-
- Provisão para perdas em valores a receber	-	41.927,94
 Despesas que não afetam o caixa:		
- Depreciação e amortização	105.665,43	93.319,14
- Baixa líquida de imobilizado	3.146,86	-
 Variação de ativos e passivos		
- Contas a receber	(23.627,00)	(81.862,62)
- Outros créditos	(16.178,96)	(13.343,98)
- Recursos de projetos a receber	97.779,75	(197.719,37)
- Fornecedores	(47.162,55)	59.787,43
- Salários e encargos sociais	63.831,73	155.318,20
- Impostos e taxas a recolher	197.537,66	(84.911,03)
- Outras contas a pagar	5.404,87	(44.467,54)
- Adiantamentos de projetos	(699.521,96)	370.035,93
CAIXA ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>2.025.592,88</u>	<u>1.828.309,18</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
- Aquisição de direitos do Imobilizado (Nota 10)	(215.946,74)	(36.390,90)
- Aquisição de direitos do Intangível (Nota 11)	(20.974,28)	(10.330,11)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(236.921,02)</u>	<u>(46.721,01)</u>
CAIXA ORIGINADO DAS ATIVIDADES	<u>1.788.671,86</u>	<u>1.781.588,17</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: (Nota 4)		
(+) Saldo inicial	5.638.397,99	3.856.809,82
(-) Saldo final	7.427.069,85	5.638.397,99
	<u>1.788.671,86</u>	<u>1.781.588,17</u>


MARIA MACHADO MALTA CAMPOS
CPF: 043.022.228-91
PRESIDENTE


MARCIA CRISTINA PROENÇA PATRÍCIO
CRC.:TC 1SP 281261/P-4

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Ação Educativa – Assessoria Pesquisa e Informação (Ação Educativa)** é pessoa jurídica de direito privado, constituída enquanto Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, com prazo de duração indeterminado, fundada em 7 de maio de 1994, sediada na Rua General Jardim, 660, Vila Buarque – CEP 01.223-010 – São Paulo – SP, Brasil, tem Foro no Município de São Paulo e está inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 00.134.362/0001-75.

A **Ação Educativa**, de acordo com seus estatutos sociais, tem como finalidade institucional promover ações educativas e culturais, assim como subsidiar e apoiar instituições públicas ou privadas, centros de pesquisa, igrejas, movimentos e grupos. Para isso, poderá, atuando por si ou em cooperação com terceiros, no Brasil ou no exterior:

- a) Estimular e orientar usuários da assistência social, em especial crianças, adolescentes e jovens, reunidos em grupos de constituição heterogênea, para construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.
- b) Dar atenção e orientação direcionada à promoção e garantia de direitos de indivíduos em cumprimento de medida socioeducativa ou medida de proteção e vítimas de discriminação.
- c) Promover atividades educativas, culturais e esportivas para adolescentes, jovens e adultos visando a sua inclusão social e profissional, bem como a promoção da integração comunitária, da cidadania, a prática do lazer e a preservação do meio ambiente;
- d) Participar e fomentar a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas de garantia de direitos;
- e) Promover a inserção social de jovens, a partir do desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e da construção de novos projetos de vida;
- f) Realizar, promover ou divulgar levantamentos, estudos, pesquisas e atividades afins;
- g) Realizar, promover ou participar de debates, conferências, seminários, congressos, cursos, mostras e atividades afins;
- h) Conceder dotações, para indivíduos ou grupos, para apoiar projetos no âmbito de atuação da Associação;

- i) Prestar assessoria, consultoria ou apoio técnico em planejamento, monitoramento, controle, avaliação e execução de projetos;
- j) Manter serviços de documentação, informação e comunicação;
- k) Editar, publicar, promover a venda e distribuir publicações, impressas ou em outros suportes, próprias ou de terceiros;
- l) Produzir, editar, duplicar e distribuir obras audiovisuais, próprias ou de terceiros, registradas por meios magnéticos, químicos, digitais ou quaisquer outros, respeitados os direitos de autor;
- m) Propor ações visando à defesa de direitos da população, no âmbito judicial ou administrativo;
- n) Propor, apoiar ou desenvolver ações voltadas ao atendimento social de grupos empobrecidos;
- o) Promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos na área educacional e cultural;
- p) Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros e lideranças populares;
- q) Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC):

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos conforme ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1409/12 de 21 de setembro de 2012, NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas Empresas aprovada pela Resolução CFC 1409/12 de 21 de setembro de 2012 e Resolução CFC 1.255/09 de 10 de dezembro de 2009 e demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

b) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da **Ação Educativa** em 19 de maio de 2015.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da **Ação Educativa**.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

d) Apuração do superávit ou déficit

O registro de receitas e despesas é efetuado por regime de competência. Os valores aplicados nos projetos das entidades financiadoras são transferidos mensalmente do passivo circulante para as contas de resultado.

Para os projetos cujos recebimentos de entidades financiadoras tenham realização de gastos anteriores ao ingresso dos recursos contratados, os valores referentes aos dispêndios antecipados são mantidos no ativo circulante.

e) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da **Ação Educativa** e seu custo/valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a **Ação Educativa** possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são classificados como não circulantes.

f) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas Empresas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da **Ação Educativa** no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na notas explicativas, quando necessário.

Para as estimativas e premissas com relação ao futuro, **Ação Educativa** baseia-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão idênticas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas nas notas explicativas.

g) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, quando tais valores são significativos para as demonstrações financeiras.

h) Provisões trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

i) Adiantamentos de projetos e convênios

Os valores referentes a adiantamentos de projetos e convênios estão relacionados a valores recebidos de entidades nacionais e/ou internacionais e utilizados nas atividades da entidade. Tais valores serão aplicados nos projetos específicos nos exercícios subsequentes.

j) Demais direitos e obrigações

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e/ou recebimento, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. O resultado do ajuste a valor presente dos direitos e obrigações circulantes não teve reflexo relevante, motivo pelo qual não houve registro a esse título nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme requerido pela Lei nº 11.638/07.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e não excedem o valor de mercado.

l) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10, que consideram a vida útil econômica dos bens.

A administração procede a uma revisão anual para determinar o valor dos ativos (Impairment) com o objetivo de identificar sinais de deterioração ou perda do seu valor recuperável. O resultado da revisão demonstrou que não há evidências da necessidade de se constituir provisão conforme as normas contábeis aplicáveis nesta área.

m) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço ou cumprimento de metas dos projetos firmados com patrocinadores locais e/ou internacionais ou com entidades governamentais.

A **Ação Educativa** reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da entidade

3. Imposto de renda

A **Ação Educativa**, por sua finalidade, objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Regulamento do Imposto de Renda) aprovada pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, é isenta do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

A Entidade apresenta anualmente sua declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica na forma determinada pela Secretaria da Receita Federal.

A renúncia fiscal decorrente dessa situação encontra-se demonstrada na Nota Explicativa nº 24.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa:		
Em moeda nacional	11,93	-
Depósitos Bancários	989.576,20	973.432,59
	<u>989.588,13</u>	<u>973.432,59</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	2.097.054,40	1.448.767,46
Certificado de depósito bancário-CDB	3.342.813,26	2.437.499,22
Poupança	603.152,94	381.149,53
	<u>6.043.020,60</u>	<u>4.267.416,21</u>
Aplicações automáticas		
Certificado de depósito bancário - CI	394.461,12	397.549,19
	<u>7.427.069,85</u>	<u>5.638.397,99</u>

Os certificados de depósito bancário-CDBs, são emitidos por instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração de 95 a 97% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

As aplicações em fundos de investimento não possuem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata.

A Administração da Entidade entende que o montante de caixa e equivalentes de caixa é suficiente pra o cumprimento de obrigações de curto prazo, bem como não tem conhecimento de qualquer impedimento quanto à livre movimentação de recursos.

5. Contas a Receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prestação de Serviços - Diversos Clientes	80.000,00	10.300,00
Fundação Roberto Marinho	-	41.927,94
União de Nuc. Associação Sociedade Moradores Heliópolis e São João Clímaco	-	46.073,00
	<u>80.000,00</u>	<u>98.300,94</u>
Provisão para perdas	-	(41.927,94)
	<u>80.000,00</u>	<u>56.373,00</u>

Os valores classificados como Contas a Receber referem-se a prestações de serviço efetuadas pela Entidade durante o ano de 2014. A Administração procedeu a uma avaliação quanto ao efetivo recebimento das faturas e entende que não há a necessidade de constituir provisão para eventuais perdas na realização de tais valores

6. Outros Créditos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamentos a Empregados	57.327,37	50.010,77
Adiantamentos de Despesas e Viagens	35.072,85	32.463,38
Impostos a Recuperar	1.629,96	1.377,07
Depósitos judiciais	6.000,00	-
	<u>100.030,18</u>	<u>83.851,22</u>

A Administração da Entidade entende que esses valores são realizáveis no exercício subsequente.

7. Estoque

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Estoque de Publicações	19.966,70	19.966,70
Estoque de Terceiros em n/ Poder	1.290,50	1.290,50
	<u>21.257,20</u>	<u>21.257,20</u>

Os estoques de publicações são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos valores de mercado.

A Administração entende que apesar do volume de vendas ser reduzido, as publicações, por seu caráter específico, são realizáveis nos exercícios subsequentes.

8. Recursos de projetos a receber

	2014	2013
Petrobras Futebol	123.904,71	-
TDH - Polos	24.115,60	-
Reuniões NCA	1.883,34	51.766,43
SDH/PR - Convênio nº 759589/2011	-	-
Cor da Cultura Polo Norte	-	18.281,01
Fundação Vale - Formação de Docentes	-	117.920,70
Reedição Campo Aberto	-	5.870,57
TDH - Futebol Callejero - 2ª Etapa	-	35.884,69
Subsídio para Direitos Educativos - Oxfam	-	17.960,00
	149.903,65	247.683,40

O saldo de recursos de projetos a receber constitui-se de despesas efetuadas pela Ação Educativa ainda não reembolsadas pelas instituições patrocinadoras dos projetos.

A Administração da Entidade entende que tais valores serão recebidos nos exercícios subsequentes, não havendo a necessidade de constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa.

9. Depósito judicial

O depósito judicial no valor de R\$ 34.392,73 foi efetuado durante o exercício de 2002 em decorrência de autos de infração impreterados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, continua pendente de julgamento pela Fazenda Pública Estadual.

Conforme posição dos assessores jurídicos da Entidade, a probabilidade de perda é remota.

10. Imobilizado

a. Composição dos saldos

	Tempo de Vida Útil Econômica (em anos)	31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e Construções	25	790.507,30	(260.669,80)	529.837,50	557.888,16
Equipamentos de Processamento	25	455.486,50	(282.334,44)	173.152,06	103.792,87
Móveis e Utensílios	10	137.056,56	(50.028,74)	87.027,82	16.016,14
Máquinas e Equipamentos	10	72.106,97	(32.769,30)	39.337,67	29.087,47
Instalações	5	55.835,20	(36.151,57)	19.683,63	23.529,51
Biblioteca	5	22.568,21	(22.568,21)	-	238,35
Total		1.533.560,74	(684.522,06)	849.038,68	730.552,50

b. Movimentação do custo

	31/12/2013		31/12/2014			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transfe-rências	Custo	
Edifícios e Construções	789.595,30	912,00	-	-	-	790.507,30
Equipamentos de Processamento de dados	337.782,39	119.337,14	(1.633,03)	-	-	455.486,50
Móveis e Utensílios	59.730,73	77.325,83	-	-	-	137.056,56
Máquinas e Equipamentos	58.874,32	18.371,77	(5.139,12)	-	-	72.106,97
Instalações	55.835,20	-	-	-	-	55.835,20
Biblioteca	22.568,21	-	-	-	-	22.568,21
Total	1.324.386,15	215.946,74	(6.772,15)	-	-	1.533.560,74

11. Intangível

a. Composição dos saldos

	Taxa de Amortização Anual (%)	31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	-	8.790,52	-	8.790,52	8.790,52
Software	20	74.626,24	(38.930,53)	35.695,71	26.073,16
Total		83.416,76	(38.930,53)	44.486,23	34.863,68

b. Movimentação do custo

	31/12/2012		31/12/2013		Custo
	Custo	Adições	Baixas	-	
Marcas e patentes	8.790,52	-	-	-	8.790,52
Software	53.651,96	20.974,28	-	-	74.626,24
Total	62.442,48	20.974,28	-	-	83.416,76

12. Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores Nacionais	59.914,69	107.077,24
	59.914,69	107.077,24

A Administração da Entidade entende que os controles internos asseguram que as transações relacionadas com fornecedores de bens e serviços são vinculadas às suas operações e relacionadas às necessidades dos projetos.

13. Salários e Encargos Sociais

	2014	2013
Salários a Pagar	1.521,65	1.593,55
INSS sobre Folha Pagamento	97.991,69	127.080,77
FGTS	31.088,61	24.303,89
IRRF a Recolher	23.177,38	20.824,02
PIS a Pagar	4.927,29	3.727,39
Provisão de Ferias	285.238,07	223.760,18
Provisão Encargos sobre Férias	101.669,37	80.492,53
	545.614,06	481.782,33

14. Impostos a Recolher

	2014	2013
IRRF sobre Terceiros Pessoa Física	211,74	203,98
INSS sobre Terceiros Pessoa Física	5.041,53	8.032,88
ISS sobre Terceiros Pessoa Física	698,50	911,25
IRRF sobre Terceiros Pessoa Jurídica	635,79	1.313,81
INSS sobre Terceiros Juridica	972,73	982,16
PIS / COFINS / CSLL a pagar	1.210,34	3.227,35
ISS sobre Terceiros Pessoa Jurídica	954,33	1.760,22
ISS sobre Faturamento	131.730,40	3.974,85
COFINS sobre Faturamento	79.038,25	2.384,91
Contribuicao Sindical	-	164,54
	220.493,61	22.955,95

15. Outras Contas a Pagar

	2014	2013
Outras contas a pagar	9.027,87	3.623,00
Estoque de terceiros	1.290,50	1.290,50
	10.318,37	4.913,50

16. Adiantamento de Projetos

	2014	2013
AGÊNCIAS E ORGANIZAÇÕES PRIVADAS		
Instituto Paulo Montenegro	56.975,12	-
Instituto C&A	433.189,72	447.173,32
Instituto IBI	29.635,62	29.635,62
Artigo 19 Brasil	7.558,56	7.702,56
Instituto Unibanco	3.518,16	3.518,16
Fundação Roberto Marinho	58.052,80	107.686,14
Serviço Social da Indústria - SESI	14.807,63	43.974,57
Stiftung Open Society Institute	2.524,41	9.011,33
IBASE	280.393,19	282.407,13
Secretaria de Estado da Cultura	-	2.199,14
Coordenação de Juventude	-	36.607,60
FSM - Petrobrás	524.941,23	736.535,24
Fundo Institucional PNLD	47.547,48	166.588,35
Campanha Contra Usinas Nucleares	11.553,60	7.292,29
Heliópolis mais Sustentável	-	38.533,66
Fundação Carlos Chagas	13.149,40	13.149,40
Proj.Fortalec.Inst.p/incidência no proc.PNE-2011	-	3.552,11
Fundo Reserva Rescisório	66.465,24	39.164,37
Fundação Volkswagen.	-	5.730,52
Abramundo	33.705,62	33.705,62
Coordenação Repres. Institucional	-	47.480,00
Ação Comunitária do Brasil	1.709,41	21.549,04
Secretaria Municipal de Cultura - CCJ	73.600,00	-
Instituto Campanha pelo Direito à Educação	12.804,51	-
Fundação Vale	121.544,29	-
Editora Global - Reedição	691,50	-
Fundação Rosa Luxemburgo	598,16	-
Sub total de Agências e Organizações Privadas	1.794.965,65	2.083.196,17
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS		
Fundação Casa	143.193,03	333.396,61
CCJ - Jovem Monitor Cultural	215.556,68	174.707,48
Secretaria de Políticas para Mulheres	96.761,63	-
MINC PRONAC 149639	184.798,00	-
Subtotal de Agências Governamentais	640.309,34	508.104,09
AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO		
EED	-	309.710,27
Fundação FORD	45.373,40	128.239,98
UNESCO	-	5.340,66
UNICEF	366.382,74	28.072,49
Fundação AVINA	8.504,57	4.233,33
KINDERNOTHILFE	-	70.250,49
TDH - Alemanha	28.322,09	14.015,83
Fundação Open Society	73.682,68	38.543,34
Wikimedia Foundation	13.318,94	509.059,80
Action Aid	6.840,91	-
Save the Children	-	-
Heinrich Boll Stiftung	778,65	-
CCFD - França	539,90	-
Subtotal de Agências Internacionais de Cooperação	543.743,88	1.107.466,19
TOTAL GERAL DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS A APLICAR	2.979.018,87	3.698.766,45

17. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits ou reduzido pelos déficits, que são apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Em 31 de dezembro de 2014, o Instituto registrou valores de ajustes de exercícios anteriores, conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita referente ao recebimento de contas a receber de cliente em que houve a constituição de perda quando a sua realização em 2013.	41.927,94	-
Total Geral	<u>41.927,94</u>	<u>-</u>

A administração da **Ação Educativa** analisou o custo e o benefício da reapresentação das cifras comparativas, porém optou por efetuar o ajuste em patrimônio, como lançamento retroativo. Por esta razão as demonstrações financeiras do exercício anterior não estão sendo reapresentadas.

18. Receitas

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RECEITA OPERACIONAL			
Financiamentos de projetos	19	10.444.661,94	9.192.819,26
Doações e filiações	20	468.902,95	122.186,02
Vendas e serviços prestados	21	993.697,02	994.473,52
Direitos autorais	22	2.575.310,19	1.058.310,04
Locações e condomínios	23	146.492,60	80.516,00
Antecipações de Direitos Autorais		-	66.367,96
Receitas de Fundo de Reservas		(27.300,87)	(20.683,09)
Total de Receitas Operacionais		<u>14.601.763,83</u>	<u>11.493.989,71</u>
Renuncia Fiscal	24	2.036.505,23	1.558.360,91
Total Geral de Receitas		<u>16.638.269,06</u>	<u>13.052.350,62</u>
DEDUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL			
Impostos incidentes sobre Vendas e Serviços Prestados			
Cofins		(107.074,37)	(39.715,79)
ISS		(176.256,60)	(71.052,64)
		<u>(283.330,97)</u>	<u>(110.768,43)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>16.354.938,09</u>	<u>12.941.582,19</u>

19. Financiamento de projetos

	2014	2013
AGÊNCIAS E ORG. PRIVADAS		
Instituto C&A - Planos Municipais, Memória e Campanha	317.983,60	640.724,88
Associação Artigo 19 Brasil	144,00	6.297,44
Instituto Unibanco	20.000,00	6,60
Fundação Roberto Marinho - Telecurso e Egressos	70.487,52	325.853,22
IBASE - Instituto Bras. de análises Soc. Econom.	2.013,94	30.941,79
Fundação Carlos Chagas	-	6.835,36
Fundação Vale	779.653,76	498.989,23
Instituto Paulo Montenegro	573.024,88	682.090,68
Fundação Itaú Social	-	35.000,00
Fundações e Instituições	60.530,79	1.834,32
Instituto Campanha Nacional pelo Direito à Educação	20.045,49	-
	1.843.883,98	2.228.573,52
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS		
Petrobras (Nota 8)	1.035.498,72	1.886.412,16
Fundação Casa	2.079.170,55	1.865.050,38
INEP	-	3.040,80
Secretaria de Estado da Cultura - Ponto de Cultura e Estéticas	182.199,14	77.522,88
Secretaria de Direitos Humanos - SDH	-	93.976,08
Secretaria Municipal de Cultura - CCJ Jovem Monitor	1.508.040,08	92.228,05
Pronac	200.000,00	-
Secretária de Políticas para Mulheres	12.078,37	-
	5.016.986,86	4.018.230,35
AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO		
EED	585.136,87	486.867,51
Fundação FORD	251.708,82	144.732,31
UNESCO - Sesi	6.975,56	288.360,10
UNICEF	557.825,10	671.765,33
Fundação AVINA - Juventude e Valorização	8.928,76	142.478,09
KINDERNOTHILFE - Kinder e Site Tô no Rumo	155.406,08	129.093,50
TDH - Alemanha - Tô no Rumo e Futebol Callejero (Nota 8)	880.180,54	427.919,91
Fundação Open Society	92.727,67	59.754,20
Wikimedia Foundation	776.886,54	152.232,00
Grassroots Foundation - Campanha contra Usinas Nucleares	4.504,76	7.693,23
Save the Children	-	1.500,00
NCA (Nota 8)	233.832,87	283.614,68
ACTIONAID	21.711,20	858,55
Oxfam	-	35.260,00
CCFD França	9.262,25	-
Outros	-	21.831,66
FRESCE	-	92.054,32
	3.585.087,02	2.946.015,39
Total de recursos de projetos	10.445.957,86	9.192.819,26

Os projetos em que houve a antecipação de gastos por parte da Ação Educativa e que serão reembolsados pelos financiadores no exercício subsequente, estão demonstrados na Nota explicativa **08 – Recursos de projetos a receber**.

20. Doações e filiações

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Doações de Associados Pessoa Física	12.492,00	28.980,00
Outras Doações Pessoa Física	9.801,04	4.463,73
Doações de Associados Pessoa Jurídica	870,00	1.100,00
Doação Editora Global	214.472,91	86.427,09
Outras Doações Pessoa Jurídica	231.267,00	1.215,20
	<u>468.902,95</u>	<u>122.186,02</u>

21. Vendas e serviços prestados

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Editora Global	-	583.467,97
Serviço Social da Indústria - SESI	354.082,04	97.610,33
Fundação Roberto Marinho	255.509,15	-
Órgãos Municipais	174.430,00	217.850,00
Institutos e Fundações	122.774,38	14.520,00
Cooperativas e Associações	63.923,29	42.353,83
Prestação de Serviços Pronac	17.247,64	-
Prestação de Serviços Diversos	5.730,52	38.671,39
	<u>993.697,02</u>	<u>994.473,52</u>

22. Direitos autorais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Direito Autoral PNLD	2.396.876,98	1.055.290,58
Viver Aprender I -Recebimento de Direitos Autorais	29.731,67	213,77
Viver Aprender II -Recebimento de Direitos Autorais	32,63	321,72
Viver Aprender Alfabetiz. - Recebimento Direitos Autorais	78.726,94	186,30
Viver Aprender Diversos - Recebimento Direitos Autorais	3.128,19	509,02
Viver Aprender Ensino médio estendido	65.786,10	-
Direitos Autorais Diversos	127,37	-
Letramento no Brasil	522,49	1.231,65
Direitos Autorais Diversos	377,82	557,00
	<u>2.575.310,19</u>	<u>1.058.310,04</u>

23. Locações e condominio

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Locação de Salas	120.286,00	72.800,00
Locação da Garagem	26.206,60	7.716,00
	<u>146.492,60</u>	<u>80.516,00</u>

24. Renúncia fiscal

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de Renda	1.169.436,81	847.519,18
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	429.637,25	331.026,90
PIS	96.966,74	74.710,93
COFINS	340.464,43	305.103,90
	<u>2.036.505,23</u>	<u>1.558.360,91</u>

25. Recursos Humanos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração	2.734.144,47	1.837.589,24
Encargos sociais	973.377,79	666.592,05
Benefícios	582.677,79	412.839,57
Férias e 13º salário	750.318,55	525.331,56
Estagiários	102.598,75	69.585,50
Outras despesas	85.068,70	92.351,76
Total	<u>5.228.186,05</u>	<u>3.604.289,68</u>

As despesas com pessoal foram aplicadas nos seguintes projetos desenvolvidos pela Ação Educativa:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundação Casa	1.582.141,02	1.417.389,08
CCJ	638.127,11	45.477,19
Projetos Especiais	-	92.178,14
Outros projetos	3.007.917,92	2.049.245,27
	<u>5.228.186,05</u>	<u>3.604.289,68</u>

26. Despesas de Projetos

	2014	2013
Prestação serviços pessoa jurídica	3.367.887,87	2.895.885,76
Bolsa auxílio de monitores	480.892,08	24.000,00
Passagens Aéreas	447.463,44	870.864,27
Alimentação	333.499,00	140.364,40
Materiais Didáticos e Pedagógicos	285.421,23	164.385,79
Prestação Serviços Pessoa Física	241.438,61	237.697,06
Transportes Urbanos	222.320,59	81.338,26
Locação de Equipamentos	124.832,36	53.215,00
Serviços de entrega ou postagens	108.607,75	86.009,22
Cópias e encadernações	108.028,84	123.766,26
Hospedagem	106.367,99	306.117,15
Despesas gráficas em geral	100.266,00	172.018,58
Dotações Pessoa Jurídica	99.050,00	112.623,30
Aluguel / fretamento de veículos	94.481,59	52.910,60
Taxi	65.133,40	38.825,03
Assessoria Contábil	64.590,23	42.488,41
INSS Prestadores Serviço Pessoa Física	44.802,01	43.696,51
Despesas eventuais	41.207,82	-
Bens de Natureza Permanente	29.898,90	-
Despesas com telefones fixos e Celulares	25.654,02	33.932,88
Material de Escritório	19.900,82	-
Materiais p/ Eventos	17.308,31	-
Materiais de Informática	17.085,83	-
Provedores e Sistema de Acesso Internet	15.768,74	-
Banners/Cartazes	11.027,58	-
Prêmios	10.000,00	-
Limpeza das Instalações	6.350,00	90.129,03
Locação de Espaço	6.255,25	20.716,95
Despesas Antecipadas de Projetos	-	49.964,03
Outras Despesas de Projetos	41.297,80	95.364,28
	6.536.838,06	5.736.312,77

27. Despesas Administrativas e Gerais

	2014	2013
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica	155.833,51	130.569,66
Limpeza das Instalações	133.312,16	37.097,69
Materiais Diversos p/ Manut e Conserv	53.584,06	2.727,75
Assessoria Contábil	24.183,47	2.788,54
Materiais de Copa e Cozinha	22.287,60	15.961,89
Energia Elétrica	21.793,89	18.140,54
Tarifas Celulares	21.374,39	7.264,13
Tarifas Telefones Fixos	19.282,14	13.671,29
Bens de Natureza Permanente	19.168,70	4.102,00
Auditorias	18.578,66	22.633,48
Provedores e Sist. AcessoInternet	15.976,35	16.537,99
Água	15.965,88	13.937,85
IPTU	14.689,30	17.146,38
Manut. Elevadores	13.967,21	9.166,51
Outros Materiais	13.102,25	212,25
Sistemas Financeiros e Contábeis	12.885,24	7.854,22
Materiais de Escritorio	7.713,80	5.121,03
Perdas de Títulos Incobráveis	-	41.927,94
Outras despesas administrativas	46.165,69	43.126,23
	629.864,30	409.987,37

28. Resultado Financeiro

	2014	2013
Receitas Financeiras		
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	598.123,42	110.960,94
Descontos Obtidos	107,92	0,37
Juros Ativos	-	28,31
Total de Receitas Financeiras	598.231,34	110.989,62
Despesas Financeiras		
IRRF - Rendimentos Financeiros	65.109,21	32.803,59
Taxas Manut. Conta Corrente	19.159,44	-
IOF	19.054,98	17.485,30
Descontos Concedidos	4.673,00	-
Juros de Mora	3.537,93	-
Taxas Manutenção de Conta Corrente	3.067,50	-
Talões de Cheque	2.400,00	1.933,00
Variação Cambial Passiva	739,05	24.560,69
Tarifas Operação Cambio	649,47	-
Tarifas Financeiras Valor Liberado	518,75	1.471,60
Multa de Mora	130,01	-
Anuidade de cartão	64,00	-
Despesas de Cobrança	-	109,58
IR sobre fechamento de câmbio	-	33.964,34
Juros e multas	-	169,45
Tarifas Cheques Valor Superior	-	56,21
Tarifas Operação de Câmbio	-	858,81
Taxas Manutenção Conta Corrente	-	5.211,05
	119.103,34	118.623,62
Resultado Financeiro Líquido	479.128,00	(7.634,00)

29. Instrumentos financeiros

A **Ação Educativa** participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles.

Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de recursos de entes públicos e privados, contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviço. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

O quadro abaixo apresenta as operações de instrumentos financeiros contratados:

Ativo	2014	2013
Aplicações financeiras	6.437.481,72	4.664.965,40
Recursos de projetos a receber	149.903,65	247.683,40
Contas a receber	80.000,00	56.373,00
	6.667.385,37	4.969.021,80
Passivo	2014	2013
Adiantamento de projetos	2.979.018,87	3.698.766,45
	2.979.018,87	3.698.766,45

30. Gestão de riscos financeiros

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimentos.

A gestão do risco é avaliado como baixo em face da geração de receita vincular-se, em sua maior parte, ao repasse de recursos de entidades nacionais e internacionais.

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da **Ação Educativa** derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e prazos de pagamento concedidos por fornecedores. A Administração da **Ação Educativa** entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a, capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços.

A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem a **Ação Educativa**.

31. Aplicação dos recursos

A entidade no atendimento aos seus objetivos estatutários tem como atividade preponderante a assistência social e presta esses serviços de forma gratuita, continuada e planejada para usuários e comunidade em geral, sem qualquer discriminação, atendendo à Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Adicionalmente, a **Ação Educativa**, mediante a apresentação anual de sua Declaração de Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica é isenta do Imposto de Renda conforme estabelecido no Decreto no. 3.000 de 26 de março de 1999.

A Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação tendo como objetivo realizar atividades de atendimento, assessoramento, garantia e defesa de direitos permanentes, observado o princípio da universalização dos serviços, sem qualquer discriminação por motivo de raça, credo, classe social, gênero, orientação sexual, ou de qualquer outra natureza, desenvolveu vários projetos em 2014.

Conforme Resolução CNAS nº 27/2011 nas ações **de defesa e garantia de direitos**, as entidade de defesas e garantia de direitos prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

Destacamos os principais projetos e ações mais ilustrativos:

- 1. O projeto Arte na Casa junto a 1.200 adolescentes que participaram das oficinas de arte-cultura realizadas nos centros de atendimento socioeducativos da Fundação Casa. Ocorreram 1033 atividades, de arte - educação como prevê o ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse projeto foram aplicados recursos da ordem de **R\$2.079.170,55 (R\$1.865.050,38 em 2013 – (Nota 19).****

2. Aplicação de R\$880.180,54 (R\$427.919,91 em 2013 - Nota 19) em duas atividades.

a. Formação destinada à prática sociopedagógica **com a metodologia** do Futebol Callejero em 7 polos no: Capão Cidadão, CEE Raul Tabajara, Cedeca Sapopemba, Projetos Meninos e Meninas de Rua (SBC), Movimento Nacional da População de Rua, Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e Unas de Heliópolis. Em cada polo (organização da sociedade civil) que desenvolve a metodologia do Futebol Callejero há até 2 mediadores, homens ou mulheres, jovens da própria comunidade. Eles são os responsáveis por acompanhar todo o desenvolvimento dos encontros e formações que são construídos coletivamente. Nos jogos de futebol callejero realizado com todos os times, os mediadores têm o papel de serem os articuladores, observadores e promotores da participação de todos os envolvidos em cada partida.

b. Desenvolvimento da metodologia *Tô No Rumo* de orientação profissional para estudantes de escolas públicas, desenvolvida em parceria com educadores, jovens e especialistas, foi disseminada junto a 32 educadores (sendo 24 mulheres), dos quais 20 se engajaram na implementação da proposta, ampliando para 19 o número de escolas parceiras. A metodologia *Tô no Rumo: Jovens e Escolha Profissional* oferece às escolas uma possibilidade de trabalho para que jovens de escolas públicas possam refletir e obter informações a respeito da sua formação e escolha profissional. Se as oportunidades educacionais e de inserção de jovens no mundo do trabalho já são bastante desiguais – reservando sempre as piores condições aos jovens de camada popular, jovens negros e jovens mulheres – a ausência de apoio a estudantes de escolas públicas para que construam estratégias individuais e coletivas é um fator de perpetuação de assimetrias e desigualdades.

570 jovens (53% do sexo feminino) receberam contribuições para seu processo de escolha profissional por meio das oficinas *Tô No Rumo*, com duração média de 20 horas, sendo que 80,6% declararam que as oficinas "*ajudaram a refletir sobre a importância da escolha profissional*"; 64% que elas "*apresentaram informações que antes não tinham sobre cursos universitários e faculdades*"; 61,3% que elas "*ajudaram a construir planos para o futuro, seja para o trabalho, seja para a faculdade*"; 60% que elas "*permitiram compreender melhor o mundo do trabalho*"; e 59,8% que elas "*mostraram que é importante continuar os estudos após o ensino médio*".

Estas ações do Tô no Rumo colaboraram para o estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda.

3. A Ação Educativa por meio de Ação Civil Pública assegurou que 2.700 mulheres privadas de liberdade exerçam o direito à educação na Penitenciária de Santana, o maior complexo penitenciário feminino do País, localizada na cidade de São Paulo. Foi realizada nova pesquisa na Unidade que resultou na **publicação *O direito à educação nas prisões no Estado de São Paulo: dados sobre a oferta educacional e a remição da pena pelo estudo*** com informações e análises que subsidiam o debate público sobre a necessidade urgente de investimentos em uma política de Educação de Jovens e Adultos nas unidades prisionais de São Paulo. Nesse projeto inteiro denominado “Promovendo a Igualdade Racial”, foram aplicados recursos no valor de **R\$251.708,82 (R\$144.732,31 em 2013 - Nota 19)**.
4. O projeto Nossa Escola – Pesquisa sua Opinião (NEPSO) com pólos de atuação nas Regiões Nordeste, Sul e Sudeste, tem como um de seus objetivos o estímulo à atuação intersetorial que constitui a base das redes de serviço e de proteção. Tais redes têm por objetivo ampliar a articulação e qualificar o atendimento dos serviços públicos comprometidos com a garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens, superando uma atuação fragmentada nos territórios, sobretudo naqueles marcados por intensa vulnerabilidade social. Escolas, diretorias regionais de ensino, instituições públicas de saúde e assistência social e organizações locais da Zona Leste da cidade reuniram-se em seminário para debater o tema do equilíbrio ambiental. O seminário, realizado em parceria com organizações locais, reuniu cerca de 70 pessoas, sendo 30% homens e 70% mulheres. A principal preocupação foi de sensibilizar diferentes agentes comunitários, públicos e privados para as questões ambientais da Zona Leste de São Paulo, e que, as atividades e discussões ocorridas no seminário pudessem auxiliar especialmente os professores em suas práticas em escolas. Os recursos destinados por esse projeto foram de **R\$ 573.024,88 (R\$682.090,68 em 2013 – Nota 19)**.

5. Também foram formados 21 jovens (11 mulheres e 10 homens) como agentes pelo direito à educação (JADEs). Ao longo de 600 horas de formação, esses estudantes de escolas públicas de ensino médio da zona Leste de São Paulo tiveram acesso a informações e conhecimentos relacionados ao direito à educação, fortalecendo sua capacidade de participar do debate público em torno dessa agenda. As ações do JADE colaboraram para formação político-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares.

Os valores aplicados para esse projeto foram de **R\$155.406,08 (R\$129.093,50 em 2013 – Nota 19)**.

6. A Ação Educativa mantém, em sua sede, um auditório multiuso com capacidade para a acomodação de 80 pessoas sentadas, ou área útil de 86 metros quadrados. A utilização do mesmo é gratuita para a comunidade e no ano de 2014 houve a realização de eventos para grupos juvenis, grupos culturais nas áreas de música, artes cênicas e dança. Além disso é utilizado para reuniões e eventos desenvolvidos por entidades, movimentos sociais oriundos da periferia de São Paulo e qualquer ação comunitária que necessite de local de encontro, desde que atendidos os objetivos estatutários da Ação Educativa.

A utilização do espaço foi de aproximadamente 580 horas anuais, sendo o custo de utilização de R\$440,00 por hora, totalizando R\$255.200,00 (R\$208.000,00 em 2013) que não foram cobrados quando da realização dos eventos, tendo em vista o objeto social da entidade.



Planners Auditores Independentes

Avenida Ipiranga nº 345 - 6º andar - Conjunto 604 - Cep 01046-010 - Centro - São Paulo - SP

Telefones: (55)(11) 3256.0915 (fax) / 3231.0154

• e-mail: planners@planners.com.br • site: www.planners.com.br